

**MAPEAMENTO DOS ALUNOS COM TEA NO ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS FINAIS EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA: U.E.B ANTÔNIO VIEIRA,
U.E.B. CIDADE OLÍMPICA E U.I. FELIPE CONDURÚ**

Joady Sousa Ferreira¹, Vera Lúcia Neves Dias², Marilda de Fátima Rosa Lopes³,
Maria José Fernandes Porto⁴, Quésia Guedes da Silva Castilho⁵, Alan Jhones da Silva
Santos⁶

RESUMO

O público-alvo deste trabalho são alunos com TEA, em três escolas da rede municipal de São Luís na região do São Cristóvão, sendo o método de pesquisa por meio de entrevista aos gestores da escola. Foi gerada uma tabela como comparativo entre a quantidade total de alunos matriculados nas escolas; alunos no ensino fundamental de anos finais; alunos com necessidades educacionais específicas; alunos com TEA matriculados na escola. Compreendendo que este público singelo em comparação aos demais, os mesmos devem ser integrados efetivamente no ambiente escolar e os docentes devem seguir as diretrizes e legislações acerca dos alunos com TEA.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva, Mapeamento, TEA.

**MAPPING STUDENTS WITH ASD IN THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY
SCHOOL IN PUBLIC SCHOOLS: U.E.B ANTÔNIO VIEIRA, U.E.B. CIDADE
OLÍMPICA AND U.I. FELIPE CONDURÚ**

ABSTRACT

The target audience of this work are students with ASD, in three municipal schools in São Luis in the São Cristóvão region, the research method being through interviews with school managers. A table was generated as a comparison between the total number of students enrolled in the schools; students in elementary school in the final years; students with specific educational needs; students with ASD

¹ Especialista em Ensino de Ciências (Faculdade Focus). Graduado em Química Licenciatura (UEMA). E-mail: joadyaluno@gmail.com.

² Doutora em Química (UEPB). Docente do Departamento de Química, CECEN/Campus Paulo VI, UEMA. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9753-4268>. E-mail: veraquim01@gmail.com.

³ Mestra em Ciências da Educação (IPLAC/Cuba). Docente do Departamento de Educação e Pedagogia, CECEN/Campus Paulo VI, UEMA, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9224-0818>. E-mail: mfrl10@bol.com.br.

⁴ Mestra em Engenharia Mecânica (UNICAMP). Docente do Departamento de Química, CECEN/Campus Paulo VI, UEMA. E-mail: mjfperto@gmail.com.

⁵ Doutora em Química (UFSCAR). Docente do Departamento de Química e Biologia, Campus Caxias, UEMA. E-mail: quesiacastilho@professor.uema.br.

⁶ Mestre em Química (UFG). Docente do Departamento de Química, CECEN/Campus Paulo VI, UEMA. E-mail: ajhones07@gmail.com.

enrolled in the school. Understanding that this public is simple compared to the others, they must be effectively integrated into the school environment and teachers must follow the guidelines and legislation regarding students with ASD.

KEYWORDS: Inclusive Education, Mapping, ASD.

INTRODUÇÃO

Não é recente que a área do Ensino de Ciências busca novas metodologias e abordagens com perspectivas que valorizam a mediação entre professores e estudantes, a fim de superar o ensino tradicional e assim reduzir as dificuldades e obstáculos apresentados por ambos os seguimentos. Nesse cenário, investigações referentes às dificuldades de aprender e de ensinar, seja em geral, seja em algum de seus subcampos ou níveis de atuação em específico, têm ganhado destaque no seio da comunidade de Educação Científica.

Segundo Pimenta (2019), pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) são aqueles indivíduos com dificuldade de compreender múltiplas informações e não estratificar ao ponto de não conseguir organizá-las, criar laços empáticos com o próximo e a si mesmo, porém não apáticos, tem dificuldade em compreender mudanças repentinas de rotina e de se perceber no ambiente, ganhando a capacidade de se destacar socialmente dos considerados neurotípicos.

A falta de informação e conhecimento na educação básica durante a prática profissional é um sério desafio para os professores. Para uma prática pedagógica verdadeiramente inclusiva é necessário entender, o que se deve ser diferenciado ou adaptado não é o programa, conteúdo ou as atividades apenas para os alunos com deficiência e sim para a turma como um todo.

Os esforços para dar uma visão mais humana e universal à educação foi incluir os alunos da educação especial em salas “regulares” da educação básica, assim encerrando-se séculos de cerceamento do convívio social desses alunos. Mas para chegarmos à situação educacional brasileira no âmbito da educação especial que conhecemos alguns esforços sociais, políticos e educacionais tiveram de ser repensado e modernizados.

Em 2008 foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEI), que teria como seu público professores de todas as áreas, porém, em especial os da educação básica, ela instituiria um conjunto de ações que iriam desde o rompimento das concepções educacionais à formação de docentes (cursos de graduação em licenciaturas), fazendo assim com que alunos da educação especial passassem a serem incluídos nas salas de aulas regulares, desde, que acompanhados de profissionais especializados a cada demanda específica.

A PNEI de imediato não ofereceu amplo amparo aos alunos e professores, principalmente na rede pública, uma vez que o sistema educacional público brasileiro é permeado pela falta infraestrutura básica. A política também causou certas situações irreparáveis como a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas, as vezes, sem a mínima condição, tendo assim alunos que passaram a ser incluídos em sala de aula e excluídos das aulas pois os órgãos governamentais não delimitavam bem as normas e parâmetros a serem seguidos, ficando a critério das secretarias e até mesmo das escolas que em grande maioria acabaram por terceirizar a educação desses alunos aos profissionais do Atendimento Educacional Especial (AEE), esse reflexo da má implementação pode ainda hoje ser observado na rede pública de ensino.

A Lei nº 13.146, de 06.07.2015, trouxe novidades para a ordem legislativa brasileira. Talvez, exatamente por isso, deixou consignado, em seu art. 127, que a lei entraria em vigor, decorridos seis meses de sua publicação oficial. (Araújo; Costa Filho, 2015).

Camargo (2020) relata que há uma escassez de dados e artigos publicados dentro da psicologia da educação, sobre quais são as principais dificuldades dos professores em lidar com tais dinâmicas de inclusão dos alunos com necessidades educacionais específicas.

Já no nível municipal de São Luís, Barros (2019) mostra que em meados do ano de 2008 o poder municipal inicia as medidas mais visíveis e diretas no sistema de educação básica no que diz respeito a educação especial mesmo em meio a sequência de gestões com traços marcantes de descasos com a educação do município.

No que tange à Educação Especial, é importante registrarmos a insuficiência de dados estatísticos na área para analisarmos precisamente a problemática do acesso e permanência dos alunos dessa modalidade de ensino. Sendo assim, questionamos o porquê dessa falta de dados. Se a educação de um modo geral sempre foi preterida, sempre teve poucos recursos, sem uma definição política estreita, no caso da Educação Especial isso é ainda mais agravante. (Barros, 2019).

O último programa municipal de educação (PME) de 2015 aponta a inclusão dos alunos da rede educação especial em turmas do ensino regular da rede, o mesmo leva em consideração o financiamento da educação e as obrigações do órgão demarcados por meio da Constituição Federal de 1988 (Barros, 2019). Levando em consideração as dificuldades individuais dos alunos dessa modalidade de ensino sobre a tutela dos profissionais do atendimento educacional especializado.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE visa atender os alunos em suas áreas de necessidades educacionais especiais de acordo com o seu público-alvo, isto é, alunos com deficiência intelectual, surdos ou com deficiência auditiva, com baixa visão ou deficiência visual, deficiência física, com dificuldades de comunicação expressiva, com altas habilidades/superdotação e com transtornos globais do desenvolvimento/superdotação. Este caráter de atendimento diversificado é que torna a Sala de Recursos um espaço multifuncional, que vislumbra o atendimento às mais diversas áreas de necessidades educacionais especiais (Decreto 7.611/11, Artigo 2º, *apud* Barbosa).

De acordo com o exposto a pesquisa teve como perspectiva apresentar dados estatísticos para a comunidade acadêmica em especial os futuros professores de ciências do ensino fundamental, para que possam se imbuir de auto avaliação e aprimorar-se, relatando a realidade da existência de alunos que necessitam de uma adequação, mesmo sendo uma minoria no sistema educacional, pois quando falamos de educação para alunos com TEA, geralmente não levamos em consideração os níveis de dificuldade e as metodologias utilizadas no ensino de diferentes áreas do conhecimento, o que pode acarretar em perdas educacionais aos alunos da educação especial, embora possam passar despercebidos ou simplesmente ignorados, esses alunos têm direitos constitucionais, protocolos e métodos legislados a serem seguidos.

OBJETIVOS

Identificar e quantificar alunos com TEA em três escolas da rede pública municipal de São Luís, Maranhão, sendo elas: Unidade de Educação Básica Antônio Vieira; Unidade de Educação Básica Cidade Olímpica e Unidade Integrada Felipe Condurú.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa quantitativa de uma amostragem de pesquisa definido. Embora o presente trabalho seja uma pesquisa de campo, inicialmente foi realizada uma rápida revisão da literatura acerca do tema, por meio de artigos disponíveis em periódicos das plataformas Google Acadêmico e Scielo.

Público alvo

Alunos das escolas da rede pública municipal de São Luís, Maranhão, sendo elas: Unidade de Educação Básica Antônio Vieira; Unidade de Educação Básica Cidade Olímpica e Unidade Integrada Felipe Condurú.

As referidas escolas foram selecionadas por fazerem parte de uma região próxima a Universidade Estadual do Maranhão, e por serem consideradas importantes socialmente bem conhecidas e tradicionais da capital Maranhense, também as maiores da rede municipal na região do distrito educacional do São Cristóvão, essas escolas atendem alunos com necessidades educacionais específicas como se fossem escolas polos, atendendo alunos com deficiência, sendo esses alunos das próprias escolas ou outras da mesma região e rede de ensino, durante o período do contra turno de cada aluno.

Coleta de dados

A pesquisa sobre as escolas e dados quantitativos dos alunos foi realizado por meio de entrevista com os gestores e/ou funcionários da secretaria das instituições de ensino básico, na qual se deu a partir da aplicação de um questionário com 7 perguntas (ver Apêndice A), definidas e para além dessas perguntas durante a entrevista com os gestores uma anotação era realizada sobre dados e história da escola.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O objeto primordial desse estudo foi compreender como estão esses alunos nas instituições de educação básica, por meio de conversas com os gestores em relação a inclusão de pessoas com TEA na escola. Mediante o exposto discutiremos a temática nas respectivas escolas.

Unidade de educação básica Antônio Vieira

Localizada atrás do Terminal de Integração do São Cristóvão, na Rua Cônego Ribamar Carvalho, Bairro do Jardim São Cristóvão em São Luís do Maranhão. A escola funciona nos três turnos, ofertando Ensino Fundamental de Anos Iniciais durante o período matutino e Ensino Fundamental de Anos Finais durante o turno vespertino e Ensino Fundamental para Jovens e Adultos no período noturno. Com um total de 1009 alunos matriculados no ano de 2023.

A escola fundada na década de 80, possui uma sala de recursos para atender alunos com necessidades educacionais específicas durante o período de contra turno, com duas profissionais do Atendimento Educacional Especializado, sendo uma em cada turno para atender os alunos. Cerca de 11 alunos são atendidos durante os dias úteis e letivos do ano, sendo 8 alunos com laudo do TEA (ver tabela 1).

Unidade de Educação Básica Cidade Olímpica

Localizada na Rua 29 de Dezembro (ou Avenida 2, como é conhecida pela população em referência as linhas de ônibus que atendem a região e são divididas em Av. 1 e Av. 2), no bairro o qual a escola leva o mesmo nome, Cidade Olímpica. A escola funciona nos três turnos ofertando Ensino Fundamental de Anos Iniciais e Finais simultaneamente nos turnos matutino e vespertino, no turno noturno Ensino Fundamental para Jovens e Adultos. Com um total de 1118 alunos matriculados no ano de 2023.

A escola possui uma sala de recursos, mas por atender um número de alunos considerado alto e pela quantidade baixa de profissionais do Atendimento Educacional Especializado, sendo apenas duas professoras, uma no turno matutino e outra no vespertino a escola atende no contraturno apenas alunos com graus e/ou níveis de assistência elevados. Com um quantitativo de 12 alunos com TEA com laudo (ver tabela 1), os mesmos são atendidos de segunda a sexta no contraturno. Vale ressaltar que isso ocorre, pois, os alunos devem frequentar as séries em classes regulares e sendo aparadas pela lei de receberem reforço adaptado caso seja necessário ou solicitado pelo responsável.

Unidade de Integrada Felipe Condurú

Localizada na Avenida Guajajaras (Antiga Avenida Governador Mattos Carvalho), no bairro do Tirirical na Capital Maranhense. A escola funciona apenas nos períodos matutino e vespertino, não havendo turmas para Jovens e Adultos (EJA), com um total de 659 alunos matriculados no ano de 2023.

A escola possui infraestrutura propícia ao ensino, mas não possui sala para o atendimento de alunos com necessidades educacionais específicas e nem profissionais do Atendimento Educacional Especializado. A escola tem registro de 7 alunos com

necessidades educacionais específicas, porém apenas 3 são alunos com laudo do TEA (ver tabela 1).

Mapeamento dos alunos com TEA

Ao final das entrevistas com o corpo gestor das escolas, os dados foram reunidos onde foi gerado uma tabela (Tab. 1), na qual expressa a quantidade de alunos com TEA e quantitativo total de alunos do Ensino Fundamental de Anos Finais (EFAF), nas respectivas escolas.

Tabela 1: Quantitativo dos alunos com TEA nas escolas: Unidade de Educação Básica Antônio Vieira; Unidade de Educação Básica Cidade Olímpica e Unidade Integrada Felipe Condurú

ESCOLA	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS NO EFAF ¹	ALUNOS COM NEE ²	ALUNOS COM TEA ³
U.E.B. ANTÔNIO VIEIRA	1009	597	11	8
U.E.B. CIDADE OLÍMPICA	1118	692	12	12
U.I. FELIPE CONDURÚ	659	389	7	3

¹ Ensino Fundamental Anos Finais; ² Necessidades Educacionais Específicas; ³ Transtorno do Espectro Autista

Fonte: Autoria própria, 2023.

Como evidenciado na Tab. 1, a escola U.E.B. Antônio Vieira, apresenta um total de 597 alunos matriculados no Ensino Fundamental de Anos Finais, sendo notável que apenas 8 dentre eles são alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), constituindo, portanto, uma parcela relativamente pequena do público discente atendido nesta instituição. A escola U.E.B. Cidade Olímpica conta com um total de 692 alunos matriculados no Ensino Fundamental de Anos Finais, entre os quais se destacam 12 alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Diferente das demais escolas que fazem parte deste trabalho, essa escola tem um público de alunos com Necessidades Educacionais Específicas composto apenas por alunos com TEA. A escola U.I. Felipe Condurú tem 389 alunos. Sendo essa a escola com a maior diversidade de alunos com deficiências alvos da educação especial.

De acordo com Santos (2008), a escola tem papel importante na investigação diagnóstica, uma vez que é o primeiro lugar de interação social da criança separada de

seus familiares. É onde a criança vai ter maior dificuldade em se adequar às regras sociais - o que é muito difícil para uma pessoa com TEA.

Precisa-se enfatizar que o aluno com o TEA aprende. Essas são as primeiras ideias que queremos enfatizar neste pequeno texto. A aprendizagem é característica do ser humano. O ensino e aprendizagem são dois movimentos que se ligam na construção do conhecimento. É uma construção dialógica e não interpretativa; expressão imanente da nossa humanidade, que abarca também o aprendente com autismo (Cunha, 2016, p. 15).

De acordo com Santos (2010) para que a inclusão seja de fato uma realidade na escola é necessário à formação, preparo e dedicação dos docentes. O mesmo destaca ainda que, a formação dos professores para atuação do trabalho com a diversidade é de grande importância, pois é essencial para a inclusão efetiva.

Embora os números possam ser interpretados como modestos em relação à quantidade total dos alunos é fundamental reconhecer a imensa importância de promover uma educação inclusiva e sensível às necessidades individuais de cada aluno, independentemente de sua condição. Cada aluno traz consigo uma bagagem única de habilidades, desafios e potencialidades, e, portanto, a criação de um ambiente acolhedor e adaptado torna-se uma peça-chave para o sucesso educacional de todos. A inclusão não é apenas uma questão de equidade, mas também de enriquecimento mútuo, onde a diversidade de perspectivas, experiências e talentos contribui para uma aprendizagem mais profunda e abrangente para toda a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bibliografia disponível revela uma tendência na melhoria da qualidade da educação pública brasileira direcionada aos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), apesar de serem identificadas algumas fragilidades no sistema educacional do país, os avanços significativos obtidos ao longo das últimas décadas demonstram o comprometimento das instituições educacionais, profissionais da educação sociedade em geral e a implementação de políticas públicas voltadas à

educação especial. Além disso, a conscientização sobre a inclusão e a luta contra o preconceito social e a discriminação são fundamentais para garantir o pleno desenvolvimento educacional.

A educação básica no município de São Luís – MA é permeada por algumas características distintas de seu estado, onde a rede municipal é responsável por majoritariamente a oferta do ensino infantil e fundamental. O mapeamento foi realizado por meio de visitas e entrevistas com os gestores e secretários da escola, para conhecer o possível acerca das demandas nas escolas e de sua estrutura sócio-pedagógico-educacional.

O trabalho foi considerado satisfatório, uma vez que alcançou com êxito o seu objetivo em mapear a quantidade de alunos com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Ensino Fundamental Anos Finais da rede pública municipal da capital maranhense. Através de uma metodologia cuidadosamente planejada, foi possível obter dados precisos e abrangentes, fornecendo uma visão clara e fundamentada sobre a realidade desses alunos.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, C. O. de. **Mapeamento do alunado com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede municipal de ensino de Embu das Artes/SP: perfil clínico e escolar.** 2019. 223 f. Tese (Doutorado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/24571>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BARROS, A. B. **Política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva – PNEE/PEI: análise do processo de implementação em São Luís/MA (2008-2015).** 2019. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

BATISTA, L. A.; CARDOSO, M. D. DE O. Educação Inclusiva: desafios e percepções na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 44, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/44/educacao-inclusiva-desafios-e-percepcoes-na-contemporaneidade>.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2012.

CAMARGO, S. P. H.; SILVA, G. L da; CRESPO, R. O.; MAGALHÃES, S. L. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em Revista**, v. 36, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698214220>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/6vvZKMSMczy9w5fDqfN65hd/?lang=pt>.

CUNHA, G. R.; BORDINI, D.; CAETANO, S. C. Autismo, transtornos do espectro do autismo. In: CAETANO, S. C.; LIMA-HERNANDES, M. C.; PAULA, F. V.; RESENDE, B. D. ; MÓDOLO, M. (orgs.). **Autismo, linguagem e cognição**. Jundiaí: Paco, 2015, p. 13-24.

GIROTO, C. R. M.; POKER, R. B.; VITTA, F. C. F. 10 anos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em debate: trajetória, limites e desafios. **Revista on-line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 711-715, 2018. DOI: 10.22633/rpge.unesp.v22.nesp2.dez.2018.11968. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/11968>.

LOURENÇO, G. F.; BATTISTELLA, J. Mapeamento de alunos público-alvo da educação especial na Universidade Federal de São Carlos em 2014-2015. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 22, n. spe, p. 25-32, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-35392018039>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/mhn88K3CL9srBrSPt33zckr/abstract/?lang=pt>.

PIMENTA, P. R. Clínica e escolarização dos alunos com transtorno do espectro autista (TEA). **Educação & Realidade**, v. 44, n. 1, e84859, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-623684859>. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S010031432019000100205&script=sci_abstract&tlng=pt.

RAUPP, D.; SERRANO, A.; MOREIRA, M. Desenvolvendo habilidades visuoespaciais: uso de software de construção de modelos moleculares no ensino de isomeria geométrica em Química. **Experiências em Estudo de Ciências**, v. 4, n. 1, p. 65-78, 2009.

RESENDE, A. A. C. DE; LACERDA, C. B. F. DE. Mapeamento de alunos surdos matriculados na rede de ensino pública de um município de médio porte do Estado de São Paulo: dissonâncias. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 19, n. 3, p. 411-424, set. 2013. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-65382013000300008&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt.

SANTOS, A. M. T. **Autismo**: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Distúrbios de Aprendizagem) – Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008.

SANTOS, J. I. F. **Educação especial**: inclusão escolar da criança. São Paulo: All Print, 2010.

TEIXEIRA, M. C. T. V. et al. Literatura científica brasileira sobre transtornos do espectro autista. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 56, n. 5, p. 607-614, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-42302010000500026>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ramb/a/QSzcLX6yXg54bkMf6nsQbYk/?lang=pt>.